

Resumo: Este texto reflete sobre o efeito da inclusão da historicidade (da história) nos estudos da linguagem atualmente. Esta discussão se faz a partir do que Henry considerou a problemática da complementaridade, segunda à qual, no Humano, tudo que não é da ordem do psicológico é da ordem do social e vice-versa. Como se vê, o que se procura discutir é como este modo de funcionamento do domínio das ciências humanas sofre uma importante ruptura a partir da consideração da história.

Palavras-chave: Linguagem, história, complementaridade, ciências humanas, psicológico, social.

Abstract: This text reflects about the inclusion effect of history in the language studies nowadays. This discussion starts from what Henry considered the problematic of the complementarity, according to which, in the Human, everything that does not belong to the psychological order, belongs to the social and vice-versa. What is aimed to be discussed is how this working method of domain of human sciences suffers an important rupture from the historical consideration.

Key words: language, history, complementarity, human sciences psychological, social.

Como semanticista da enunciação, colocaria de início que este tema, como qualquer outro, me interessa na medida em que ele coloca a questão da significação e do sentido. E o coloca neste texto por meio do caminho da história do pensamento. Vou pensar o problema proposto, pelo título deste texto, num quadro em que tomo como constitutivo das condições de existência de uma prática específica: a construção de um saber sobre a linguagem que se caracteriza como espaço de conhecimento próprio das chamadas ciências humanas ou sociais. Tomo desde já uma posição junto daqueles que afirmam que o conhecimento se dá historicamente. Não no sentido de que se dá em certo momento segundo um certo contexto sócio-histórico, mas no sentido de que a materialidade mesma do processo de conhecimento é marcada pela historicidade.

Se pensamos na posição expressa por Milner no capítulo "Lingüística una e indivisível", de *L'amour de la langue*, podemos considerar que os estudos da linguagem do século XX giraram em torno de duas concepções de ciência: uma aristotélica/euclidiana em Saussure e uma popperiana a partir de Chomsky. A estas duas não podemos deixar de acrescentar uma terceira posição que se configura a partir dos anos 1960/1970, colocando em cena uma posição não positivista e que considera uma disciplina científica

interpretativa, com a análise de discurso a partir de Pêcheux.

1. Para a questão específica que quero tratar aqui hoje, tendo em vista o posto acima, gostaria de começar retomando uma afirmação de P. Henry em "A História não Existe?": "Na medida em que se considera que ciência implica falseabilidade e reprodutividade, então deve-se convir que as ciências humanas só podem existir enquanto ciência porque a história não se constitui por si mesma" (HENRY, 1984, 43).

Ele coloca isto no interior de uma reflexão em que discute a constituição do campo das ciências humanas e sociais e considerando a adoção, neste campo, da posição popperiana. Ou seja, ele afirma que este campo, para constituir-se enquanto ciência, numa posição positivista, nega à história um lugar neste campo. E, desta forma, a história será sempre constituída como outros saberes: sociológicos, estatísticos, culturais.

Continuando sobre este modo de constituição da cientificidade das ciências humanas ou sociais, diz: "Nas ciências humanas e sociais há uma tendência manifesta a negar a existência de toda dimensão própria à história e a considerar que ela é apenas o resultado da combinação e da articulação de processos ou de mecanismos de natureza econômica, sociológica,

psicossociológica, ou psicológica que a análise científica traria de cada uma dessas disciplinas e de sua metodologia. A história então não representaria mais do que o lugar ou o espaço de combinação, da articulação, da complementariedade desses processos ou mecanismos por si mesmos a-históricos. A história não teria mais então conteúdos específicos, mas representaria somente o ponto de vista da “totalidade” e da complementariedade do que estudam as diversas ciências humanas e sociais. Para cada uma delas, ela representaria o “contexto” no qual operariam os mecanismos ou processos particulares que estuda. Chega-se assim a uma situação absolutamente paradoxal. De um lado, a história é colocada, no campo das ciências humanas e sociais, em uma posição à parte, inteiramente eminente: a de ser o lugar de sua articulação e de sua complementariedade. De outro lado, ela não possui mais objeto próprio e, enquanto disciplina ou corpo de saber, lhe é recusado ser propriamente e por si mesma uma ciência.” (HENRY, 1984, p. 30-31).

2. Estas passagens, entre outras coisas, colocam uma questão importante, no meu entender, para refletir sobre a relação e contribuição dos estudos de linguagem para as ciências humanas ou sociais: aquilo que o próprio P. Henry chamou de a problemática da complementariedade. Problemática que ele formula como segue: “do humano, tudo aquilo que não é de ordem do psicológico, é social e reciprocamente” (HENRY, 1977, p. 114).

Deste modo, no campo do humano não haveria hiato entre o psicológico e o social. No interior deste campo definido pela complementariedade, a lingüística vai aparecer, em certo momento (Saussure), como a disciplina científica que constitui um objeto autônomo: a língua. E desta forma a lingüística não teria lugar neste campo.

Como diria, ainda Henry:

Sob o domínio da problemática da complementariedade, não há lugar para o conceito de língua e para uma ordem de realidade autônoma correspondente. É, entretanto, nesse campo que a lingüística isola um espaço que rompe a complementariedade e que, por isso, é constantemente contestado, ameaçado de ser encoberto por um ou outro pólo da dupla *psicológico e social* (1977, p.116).

E se isto deu à lingüística a condição de ciência piloto das ciências humanas, para as quais faz transportar seus métodos, esta condição faz com que a lingüística seja absorvida no campo da complementariedade com três pólos: a natureza, a sociedade e o cultural. A linguagem sendo absorvida pela *cultura*, isto se fazendo a partir da noção de comunicação, como podemos ver em Jakobson (lembremos sua descrição sobre as funções da linguagem (1952, 1960)), que formula as relações da lingüística com a antropologia e a teoria da comunicação e da informação.

A noção de comunicação permite articular, fazer a passagem do psicológico para o social mantendo a complementariedade no domínio do humano. Ou seja, a falta de lugar específico para o lingüístico.

Jakobson, em seu texto “A Linguagem Comum dos Lingüistas e dos Antropólogos”, diz: “Os antropólogos têm sempre afirmado e provado que a linguagem e a cultura se implicam mutuamente, que a linguagem deve ser concebida como uma parte integrante da vida social, que a lingüística está estreitamente ligada à Antropologia Cultural” (1952, p. 17).

Ou seja, a noção de comunicação entra para fechar o campo da complementariedade que se reformularia para *do humano, tudo o que não é psicológico é social ou cultural e reciprocamente*.

O que se observa, e é esta a hipótese de Paul Henry, é que a circunscrição do campo das ciências humanas à problemática da complementariedade faz parte do processo de esquecimento da história para o estabelecimento da cientificidade das ciências humanas ou sociais. Ou seja, as ciências humanas ou sociais, ao adotarem um certo modelo de concepção de ciências (positivista ou naturalista), negam à história, pelo campo da complementariedade, lugar entre as ciências humanas.

Ao mesmo tempo, o domínio destas ciências e dos estudos da linguagem de modo muito específico ficam expostos à sua absorção ou pelas ciências exatas ou pelas ciências da vida, como tem ocorrido em muitos casos hoje. Neste quadro o humano é reduzido ao corpo enquanto organismo. Quando absorvida pelas ciências exatas, dirigida pela lógica, a linguagem vai aparecer como expressão da estrutura do pensamento. O que combina muito facilmente com a redução da linguagem ao orgânico (vide o inatismo de Chomsky).

Esta redução da autonomia do lingüístico no campo da complementaridade é parte daquilo que tem, com freqüência, impossibilitado que os estudos da linguagem se façam novas perguntas capazes de movimentar o domínio das ciências humanas e sociais, como fizera em outros momentos da História.

3. Os estudos da linguagem, no entanto, produziram uma outra formulação para a questão da linguagem pela instalação do discurso como um objeto específico, caracterizado enquanto integralmente lingüístico e integralmente histórico (sobre isto ver M. Pêcheux (1975, 1990), E. Orlandi (1990, 1996, 2000), P. Henry (1977, 1983), R. Robin (1973), entre outros).

Diria, então, que a constituição deste objeto que escapa ao campo da complementaridade abre um lugar próprio para a contribuição forte dos estudos de linguagem para a história, na medida mesma em que os fatos para a história não são mais documentos em que a linguagem é transparente e informativa. Os fatos para a história são discursos a serem tomados pela textualidade particular que apresentam. Um exemplo disso são as análises de Rancière no seu *Os Nomes da História* (1992).

Para mostrar a especificidade destas análises, vou me dar o direito de fazer uma longa citação do texto de Rancière. Vou tomar do capítulo "O Excesso das Palavras" a passagem em que ele faz, segundo minha perspectiva, uma análise enunciativa da argumentação de Percennius, presente no capítulo dezesseis do primeiro livro dos *Annales* de Tácito. Nesta passagem, segundo Rancière, Tácito conta um "acontecimento subversivo: a revolta das legiões de Panônia, excitadas, no dia seguinte à morte de Augusto, por um obscuro agitador de nome Percennius" (p. 33). Tal passagem chama a atenção de Rancière, segundo ele mesmo, porque ela foi "objeto de um comentário magistral, de Erich Auerbach". Nele, Auerbach "comenta a representação que dá Tácito de uma fala e de um movimento popular e o opõe à que ilustra, no Evangelho de São Marcos, o relato das negativas de Pedro" (p. 34). Segundo Rancière,

A singularidade, bem marcada por Auerbach, do relato de Tácito é a seguinte: ele reconstrói minuciosamente a argumentação do legionário Percennius, com seus detalhes concretos e sua força persuasiva. Mas, antes mesmo de dar

a Percennius esta fala convincente, ele a declarou nula e mal sucedida. Ele expôs rigorosamente o não-lugar de sua fala e circunscreveu estritamente o lugar deste não-lugar: uma vacância, um tempo de suspensão nos exercícios militares. Augusto acabava de morrer. Tácito não está ainda entronizado. Existe um vazio objetivo que pontua no interior do campo a decisão do general: em sinal de luto ou de regozijo, não se sabe, ele interrompeu os exercícios de costume. Alguma coisa vai se passar a partir daí que não tem causa real, nem razão profunda, que é puro produto de um vazio. As legiões não têm mais nada a fazer e disto nascem, segundo a conseqüência bem conhecida da ociosidade ao vício, "a licenciosidade, a discórdia, o zelo em ouvir os maus conselhos, enfim o amor excessivo dos prazeres e do repouso, a falta de gosto pela disciplina e pelo trabalho". Este lazer forçado será ocupado por um especialista em lazeres, um homem de teatro, "um certo Percennius, outrora chefe de claque, tornado soldado da tropa, falante audacioso e instruído, entre as cabalas dos histriões, a formar intrigas. (p. 34).

Como ressalta Rancière, Tácito indica que não há porque buscar as razões da revolta. É um não-lugar, a vacância dos exercícios, que se torna assim um lugar que dá a fala a quem não tinha que falar. O lugar de que fala Percennius é o lugar negado pela distribuição regular do direito ao dizer. E esta fala erige, "no lugar do silêncio da disciplina militar, seu exato oposto: a algazarra da teatrocrazia urbana." (p. 34).

Percennius não tinha que falar. No entanto Tácito o faz falar. E sua fala é ordenada, precisa, convincente. Ele pinta o quadro das asperezas da vida militar, a miséria destes dez ases por dia, preço pelo qual se estima seu corpo e sua alma e sobre os quais lhes é necessário ainda conseguir armas, vestimentas e barracas, sem contar os presentes a fazer aos centuriões para evitar o trabalho forçado e as crueldades. Ele evoca [...]

A narração parece assim ordenar-se segundo uma disjunção radical. A revolta é duas vezes explicada: na sua ausência de razão e nas razões que ela se dá. E só a primeira tem valor de explicação. Não que as razões de Percennius sejam declaradas falaciosas. O historiador não as comenta, não as refuta. Elas não são ditas nem verdadeiras nem falsas. Elas não têm, fundamentalmente, nenhuma relação com a verdade. Sua ilegitimidade não diz respeito a seu conteúdo, mas ao simples fato que Percennius

não está em posição de falante legítimo. Os afazeres de um homem de seu nível não são pensar e exprimir seu pensamento. E sua fala não é ordinariamente reproduzida senão nos gêneros “baixos” da sátira e da comédia. Está excluído que um conflito essencial se exprima por sua boca, excluído que se veja nele, à maneira moderna, a representação sintomática de um movimento histórico que trabalha nas profundezas de uma sociedade. A fala do homem do povo é por definição sem profundidade. Não há mais lugar para explicar as razões de Percennius, mas sim refutá-las. Só há lugar para redizê-las, na sua coerência própria, em sua conveniência com o sujeito que as pronuncia (p. 34-35).

Em seguida a esta análise, segue-se o mais importante da compreensão de Rancière sobre esta passagem de Tácito. Por ela vemos como o historiador romano, afirmando a não razão de uma fala, a apresenta a seu modo.

Quem sabe aliás o que Percennius pode de fato dizer? Tácito não tem sem dúvida nenhuma informação a este respeito. E isto não tem importância. Refazer este discurso não é tarefa de documentação mas de invenção. Trata-se de saber o que pode dizer um personagem deste tipo em uma tal situação. E para isto se têm – desde que Homero inventou o personagem de Thersite, mil vezes imitado – os modelos apropriados. Não obstante, a exposição dos danos e das reivindicações é por demais perfeita em sua argumentação, excessivamente perfeita nas suas expressões para que se possa atribuir a algum Percennius a capacidade de compor uma semelhante. Não é Percennius que fala mas Tácito que lhe empresta sua língua, como alhures a Galgacus ou Agrícola. Estes são pedaços de retórica, compostos segundo as regras da conveniência e da verossimilhança, à imitação de modelos e para servir de modelos, nas escolas, a outros imitadores. A única singularidade concerne aqui o nível do personagem imitado. Mas a tradição retórica da imitação quer que, para fins pitorescos do relato e da exemplificação moral, se façam falar personagens de dignidades diversas, elevadas à dignidade literária antes de serem postas em seu devido lugar” (p. 35-36).

Assim Tácito anula retoricamente Percennius por despojá-lo “de suas razões e de sua voz, de

seu pertencimento a uma história comum e de sua fala própria” (p. 35), mas, por fazê-lo falar ao excluí-lo, o inclui: dá lugar a quem “ele (Tácito) declara sem lugar”. Mesmo que a fala de Percennius não tenha lugar para o historiador, ele o faz falar (p. 37). É preciso ver no texto de Tácito sua construção enunciativa (lingüística) para melhor compreendê-lo.

O que está em questão, neste caso, é a relação da história e da lingüística. Retomo aqui uma formulação de Régine Robin, ao responder, em 1994, a uma questão sobre seu trabalho do início dos anos 70 sobre esta relação¹:

A história social da escola dos Annales, quase hegemônica nesta época, ciosa (forte) de suas conquistas das estruturas, do espaço, do quantitativo, em resumo de uma nova maneira de fazer história, não se colocava ainda o problema da textualização própria que ela produzia, e mais ainda da dimensão significativa dos textos que lhe serviam de arquivos. Ela se movia na transparência da linguagem. Antes de Paul Vayne (1971) e Michel de Certeau (1975), uma jovem pesquisadora, mesmo que “normalienne”², não podia ser compreendida a respeito deste assunto. A história como disciplina não tinha ainda encontrado Barthes, Foucault e o discurso. Eu queria, pois, pelo recurso a procedimentos lingüísticos, dizer aos historiadores que eles ocultavam o problema da linguagem (GUILHAUMOU et alii, 1994, p. 10).

4. Os estudos da linguagem, por meio da análise de discurso e da resistência do conceito de língua, colocam a opacidade da linguagem como fato para a História, eu digo fato, não digo dado. E esta é, no meu entender, uma contribuição definitiva dos estudos da linguagem para as ciências humanas. Repor as condições de existência da história como uma disciplina por si é reescrever o campo das ciências humanas fora do logicismo, fora do positivismo, e mais importante, fora do domínio das ciências naturais.

Se este movimento rompe, mais uma vez, a problemática da complementaridade, ele abre novas condições para o próprio desenvolvimento das disciplinas lingüísticas, e dentre elas, no que me interessa de modo particular, da semântica.

Aceito em 20/06/2006.

¹ Ver seu *História e Lingüística* (1973), publicado no Brasil pela Cultrix.

² Ela se refere ao fato de ter sido aluna da *École Normale Supérieure*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, M.F.P. de *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- GUILHAUMOU, J. et alii. *Discours et archive*. Liège: Mardaga, 1994.
- HENRY, P. (1977) *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- HENRY, P. (1983) A História Não Existe?. In: Orlandi, E.P. *Gestos de leitura: da História no discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.
- JAKOBSON, R. (1952) *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.
- ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez/ Editora da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, E. P. *Discurso: fato, dado, exterioridade*. In: CASTRO. *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas, Editora da Unicamp. 1997.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, M. *Discurso. Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- RANCIÈRE, J. (1992) *Os nomes da história*. Campinas: Pontes/Educ, 1994.
- ROBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris: A. Colin, 1973.

